

CEDI

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 72

Data: 31.03.79

Pg.: \_\_\_\_\_

## Bispo lamenta o resultado do júri

Do correspondente em  
GOIÂNIA

A exemplo da Fundação Nacional do Índio — Funai —, dom Tomás Balduino, bispo de Goiás e presidente do Conselho Indigenista Missionário — Cimi —, também não concordou com o julgamento de Barra dos Garças, em que foram absolvidos os três acusados da chamada chacina de Merure.

O julgamento, para dom Balduino, representa um crime superposto a outro. "O primeiro foi a própria chacina, em julho de 1976, com a invasão da área indígena, o embargo do trabalho de demarcação da Funai e os assassinatos covardes. O outro crime é essa sentença vergonhosa que pretende inocentar os assassinos."

Dom Tomás participou ontem de uma reunião de representantes Regionais da Comissão Pastoral da Terra, em Goiânia, durante a qual manifestou preocupação com a segurança dos missionários que, em todos os pontos do País, "estão constantemente arriscando suas vidas em defesa das terras indígenas, como o padre Lunkenbein".

Segundo o presidente do Cimi, "a impunidade de João Mineiro não é um fato isolado. Onde está o soldado Ezy Ramalho Feitosa, que assassinou o padre João Bosco Penido Burnier em Ribeirão Bonito, três meses após a morte do padre Rodolfo?" O próprio bispo respondeu: "Foi preso, evadiu-se com cobertura policial e até hoje está solto e impune".

Associando ainda a morte dos dois missionários, dom Tomás afirmou que "a igreja vai continuar celebrando a memória desses dois mártires, Rodolfo e João Bosco, como sinais de uma contradição e de uma causa na qual somos desafiados não só por um criminoso comum como um João Mineiro e um Ezy Ramalho, mas sobretudo

do por um sistema iníquo". As duas mortes, disse o bispo, "ocorreram devido à existência de uma estrutura de iniquidade, em que o sistema privilegia a propriedade particular, o latifúndio. Ora, quando os latifundiários, ou seus prepostos, cometem essas atrocidades, o sistema se encarrega de acobertá-los e garantir sua impunidade".

Dom Tomás disse ainda que vê três conseqüências na absolvição de João Mineiro: "Primeiro, o fortalecimento dos inimigos dos índios. Nada mais vai deter a ganância e o ódio, estimulados por esse julgamento vergonhoso. E, naquela região, sobretudo em Pimentel Barbosa e Couto Magalhães, a situação é agora mais conflituosa", lembrou o bispo.

A segunda conseqüência, para dom Tomás, é "um retraimento da Funai e da própria missão em seus trabalhos naquela área. A atitude de ambas no julgamento me leva a esse temor".

"O crescimento da revolta dos índios, que, não tendo tido o amparo da lei e do Direito, passarão a fazer justiça com as próprias mãos", é a terceira conseqüência do julgamento prevista por dom Tomás, que afirmou que "os bororós e xavantes estavam descrentes de uma condenação e seu temor veio a confirmar-se no júri de Barra dos Garças".

O presidente do Cimi afirmou acreditar que "os índios, vendo-se agora sozinhos em quase todas as áreas de conflito, acabarão por convencer-se de que só lhes resta uma saída: assumir sua própria causa e lutar sem tréguas em defesa de suas terras e de sua sobrevivência com dignidade". Essa atitude, segundo dom Tomás, é "um aspecto positivo que podemos enxergar neste triste episódio da absolvição do assassino do padre Rodolfo e do índio Simão".